



## **EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O MINICURSO "Mediação e Conciliação Judiciais: Técnicas e desafios atuais"**

O Curso de Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) torna pública a abertura das inscrições para o **minicurso gratuito** intitulado "**Mediação e Conciliação Judiciais: Técnicas e desafios atuais**", conforme as condições estabelecidas neste edital.

### **1. OBJETIVO GERAL**

Capacitar os estudantes de Direito para o desenvolvimento de competências práticas e o uso adequado das técnicas aplicáveis aos métodos autocompositivos de mediação e conciliação, com vistas à resolução de conflitos pré-processuais e processuais. Promover a compreensão de um novo paradigma de tratamento pacífico dos conflitos, fundamentado na cooperação, solidariedade, empatia e na autonomia das partes, valorizando a decisão informada como instrumento para a efetiva pacificação social.

### **2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Ao final do minicurso, os participantes deverão ser capazes de:

- Compreender, a partir dos princípios dispostos na Resolução n. 125/2010 do CNJ, a importância da implementação da Política Nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos de Interesses;
- Trazer à reflexão o conflito e seus vários aspectos;
- Informar sobre panorama nacional e internacional dos meios alternativos de solução de conflitos e principais métodos existentes;
- Abordar a estrutura do Poder Judiciário em relação à Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses;

- Trazer à reflexão os princípios éticos dos Meios Adequados de Solução de Conflitos (MASC's), conforme Resolução n. 125/2010;
- Habilitar os cursistas para realização de sessões de mediação e audiências de conciliação;
- Identificar os limites e as possibilidades jurídicas da participação da Fazenda Pública em audiências de conciliação, especialmente no que se refere à autocomposição e à atuação dos seus representantes legais.

### **3. PÚBLICO-ALVO**

Estudantes regularmente matriculados no Curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

### **4. CARGA HORÁRIA**

**8 (oito) horas** (divididas em 4 (quatro) horas de teoria, pela manhã, e 4 (quatro) horas com oficinas práticas, à tarde).

### **5. EMENTA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **PARTE TEÓRICA: A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

##### **1. Introdução:**

- a) Conceito e filosofia;
- b) Mediação e Conciliação;
- c) Conceito, integração e distribuição do valor das negociações;
- d) Noções gerais e diferenciação entre os principais métodos de resolução de conflitos: negociação, conciliação, mediação e arbitragem.
- e) Diferenças e semelhanças entre Mediação e Conciliação (enfoque normativo e ético da conciliação e suas aplicações no Poder Judiciário).

##### **2. Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses:**

- a) Resolução n. 125/2010;
- b) Código de Processo Civil (CPC);
- c) Lei de Mediação
- d) Núcleo Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos;
- e) Centros Judiciários de Solução de Conflitos.

**3. Técnicas básicas de negociação (a barganha de posições; a separação de pessoas de problemas; concentração em interesses; desenvolvimento de opções de ganho mútuo; critérios objetivos; melhor alternativa para acordos negociados).**

**4. Técnicas intermediárias de negociação (estratégias de estabelecimento de *rapport*; transformação de adversários em parceiros; comunicação efetiva).**

**5. O terceiro facilitador:**

- a) Funções, postura, atribuições, limites de atuação;
- a) Imparcialidade x neutralidade;
- b) Ética;
- c) Código de Ética;
- d) Remuneração e supervisão.

**6. O papel do Conciliador e sua relação com os envolvidos no processo de conciliação:**

- a) Os operadores do Direito;
- b) Magistrado;
- c) Promotor;
- d) Advogado;
- e) Defensor público e a mediação;
- f) Identificação e manejo de resistências apresentadas pelas partes.

## **7. Etapas da Mediação e Conciliação:**

- a) Planejamento da sessão;
- b) Apresentação ou abertura;
- c) Esclarecimentos ou investigação das propostas das partes;
- d) Criação de opções, escolha da opção, lavratura do acordo).

## **8. Técnicas da Mediação e Conciliação:**

- a) Recontextualização;
- b) Identificação das propostas implícitas;
- c) Afago;
- d) Escuta ativa;
- e) Espelhamento;
- f) Produção de opção;
- g) Acondicionamento das questões e interesses das partes;
- h) Teste de realidade.

## **9. Técnicas para estimular advogados a atuarem de forma eficiente na Conciliação:**

- a) Contornando as dificuldades;
- b) Descontrole emocional;
- c) Desrespeito.

## **10. Sistema PJE:**

- a) Formalização do acordo (dados essenciais do termo de conciliação (qualificação das partes, número de identificação, natureza do conflito);
- b) Redação do Acordo: requisitos mínimos e exequibilidade.

## **11. CEJUSC da Fazenda Pública (Competências, usuários, demandas).**

# **PARTE PRÁTICA: OFICINAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO**

1. Provocação de mudanças;
2. Competências Autocompositivas;
3. Aplicação prática do *Rapport*;
4. Utilização prática da Comunicação: Comunicação Não Violenta;
5. Possibilidades de melhorias no procedimento autocompositivo;
6. Simulações guiadas de audiências de conciliação.

## **6. METODOLOGIA**

O minicurso será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas e oficinas práticas. Na parte teórica, será apresentada a fundamentação normativa e os conceitos essenciais relacionados à mediação e à conciliação, com incentivo à participação ativa dos alunos por meio de perguntas, debates e troca de experiências. A parte prática consistirá na realização de oficinas com dinâmicas em grupo, simulações guiadas de sessões de mediação e audiências de conciliação, presencial e virtual, com aplicação de técnicas como escuta ativa, comunicação não violenta e construção de *rapport*. Os participantes serão estimulados a refletir sobre os desafios da prática autocompositiva e sobre a atuação da Fazenda Pública nesse contexto. As aulas expositivas dialogadas terão como foco a análise da legislação pertinente, com incentivo ao debate e à participação ativa dos estudantes, promovendo uma compreensão crítica e aplicada do conteúdo.

## **7. RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que, ao final do curso, os participantes estejam aptos a:

- Aplicar técnicas específicas de mediação e conciliação;
- Compreender criticamente o papel do terceiro facilitador;
- Reconhecer e manejar resistências no processo autocompositivo;
- Atuar de forma ética e colaborativa em sessões reais ou simuladas.

## **8. MINISTRANTE**

Professor Mestre Manoel Ferreira Ramos. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela UFMA. Mestre em Garantismo e Processo Penal pela Cátedra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona. Mediador e Conciliador pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM/CNJ. Instrutor do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais pela ESMAM/CNJ. Formador credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados ENFAM. Facilitador de Círculo de Justiça Restaurativa e Construção de Paz - TERRE DES HOMMES Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Direito - PPGDIR/UFMA. Membro do Núcleo de Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Maranhão. Professor Formador do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/UFMA). Palestrante.

## **9. COORDENADOR TÉCNICO**

Professor Mestre Gustavo Luís de Moura Chagas. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Professor Assistente da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Estado e em Administração das Organizações Educativas. Mestre em Educação pelo Instituto Politécnico do Porto-Portugal. Mestrando em Direito.

## **10. CRONOGRAMA**

- **Data do encontro:** presencial, dia 8 de julho de 2025;
- **Parte teórica:** das 8h00 às 12h00;
- **Atividades práticas:** das 14h00 às 18h00;
- **Local:** Centro Caixeiral - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

## **11. INSCRIÇÕES**

- **Período:** até 07 de julho de 2025 (segunda-feira);

- **Forma de inscrição:** exclusivamente via formulário eletrônico, por meio do link <https://forms.gle/6B6pw1tn1n8qsKYa9>;
- **Vagas:** 30 (trinta) vagas;
- **Critério de seleção:** ordem de inscrição.

## **12. CERTIFICAÇÃO**

Os participantes que obtiverem **frequência mínima de 75%** e participarem ativamente das atividades propostas receberão **certificado de 12 horas/aula** emitido pela UEMA.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Quaisquer casos omissos serão resolvidos pela coordenação do Curso de Direito em conjunto com o ministrante do minicurso.

Dúvidas e informações adicionais poderão ser solicitadas via e-mail institucional: [mframos@tjma.jus.br](mailto:mframos@tjma.jus.br).

São Luís/MA, 17 de junho de 2025.

**Realização: Curso de Direito da UEMA.**